

1º Reunião Ordinária do CNCD / LGBT

29, 30 e 31 de março de 2011

29 de março de 2011: 14h

Local: Salão Nobre da Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Brasília – DF.

PAUTA

Lançamento da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT

30 de março de 2011: das 09h às 13h e das 14h às 18h30min

Local: Auditório do 8º andar da Secretaria de Direitos Humanos (Setor Comercial Sul – B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, Brasília – DF)

PAUTA

1. Abertura e verificação de quorum mínimo para instalação do colegiado (reunião presidida pelo Secretário da SNPDDH, até que se eleja a presidência e a vice-presidência.

Das as boas vindas a todos. www.aids.gov.br/mediacenter. Confirmado quorum da reunião com 21 conselheiros. Apresentação dos conselheiros e conselheiras. Passou palavra ao Gustavo Bernardes. Palavra para o Jean Willys. Palavra ao Ramais de Castro. Declarou aberta a reunião do CNCD - LGBT.

2. Fala da Ministra, aos Conselheiros e Conselheiras. (30/03 - tarde)

3. Leitura e assinatura do Termo de Posse. (30/03 - tarde)

4. Leitura, readequação e ou aprovação da Proposta de Pauta. (30/03 - manha)

Leitura da pauta. Solicitação de falas por alguns conselheiros. Marinalva questiona a composição do conselho, que falta uma vaga. A LBL informa que se sentiu prejudicada quando ficou restrita a apenas uma vaga. A expectativa era que ficasse com duas vagas. E pleiteia que a outra vaga seja destinada a LBL. Toni parabeniza a composição do conselho. Toni gostaria de pautar o funcionamento do ministério do trabalho. Houvesse momento de informes. CMP solicita a criação de um grupo de trabalho. Jean Willys solicita que se antecipe a pauta das demandas legislativas, por motivo de ausência de seu comparecimento. Tondin gostaria de cronograma das reuniões, em que momento será tratado na pauta. Toni solicita deverá uma discussão da atitude do deputado federal Jair Bolsonaro, tendo um posicionamento por parte de uma moção. Ramais agradece pela iniciativa de por a edição de um edital, que foi de iniciativa da ministra. Informa que foi incluído a associação dos juizes federais do Brasil a ocupação da vaga restante. Sugere que o Conselho funcionara com essa composição e no futuro haverá uma maior debate sobre essa composição. A Marinalva concorda com a presença da associação dos juizes federais, mas informa que a vaga vacante seria para Instituições da sociedade civil de promoção, o que não ocorre com a associação das entidades. Consulta o pleno sobre a questão da LBL. Ramais solicita a correção na questão da portaria da seleção publica referente a distribuição das vagas. Votação da pauta. Venceu a não inclusão da pauta do tema da LBL. Irina destaca a importância da presença do Dr. Roger na Reunião. Hugo sugere que seja pautado na próxima reunião do CNCD a questão das vagas. Luciana também sugere que se coloque em discussão para tratar o tema sugerida pela LBL. CMP sugere a criação de uma comissão voltada para a discussão desse tema. Ramais questionar que será realizado uma portaria pela SDH corrigindo o vício jurídico presente. Igo coloca a proposta do Secretário. O pleno concorda com a proposta. Antecipação da pauta da demanda legislativa.

5. Eleição da mesa diretora (presidência governamental e vice-presidência da sociedade civil organizada). (30z/03 - manhã)

Igo faz a explicação para os conselheiros. Irina faz proposta que o processo fosse feito em votação aberta. CMP também gostaria de encaminhar que as votações fossem abertas. Marcos Freire também solicita que fosse aberto as votações. Igo informa que a SDH concorda. Todos foram favoráveis a votação aberta. Igo destaca que as indicação para a presidencia serão do governo federal e indica a candidatura do Ramais de Castro para presidente. As indicações para a vice presidencia: Irina. Irina informa que gostaria de propor seu nome, que como será um homem na presidencia, para ter a paridade de gênero, que passasse a vice ser uma mulher. Toni defende o nome da Irina. Consulta o plenário sobre a indicação do Ramais de Castro Silveira como presidente e Irina Bacci como vice-presidente.. Ramais foi eleito como presidente e Irina como vice. Questiona se alguém se abstém, não havendo nenhuma. Igo Martini passa a presidencia ao Ramais de Castro Silveira. Fala do Ramais. Apos as falas da Irina e do Ramais, passou ao item das demandas legislativas.

6. Espaço para interlocução, em separado, dos segmentos: (não precisou)

a. Sala 1: Conselheiros/as governamentais

b. Sala 2: Conselheiros/as da sociedade-civil organizada

7. Composição das quatro Câmaras Técnicas Permanentes: (30/03 - tarde)

- a. Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para;
- b. Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas;
- c. Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção e Combate da violência contra a população LGBT, e

Grupo de Trabalho do “Regimento Interno”:

Após o almoço, com início do Presidente do CNCD/LGBT, Ramais, representantes da sociedade civil e do poder público se dividiram para elencarem quais Câmaras Técnicas Permanentes comporão.

O presidente do CNCD reabre a sessão convidando os conselheiros a se posicionarem

Comporão a **Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT:**

Poder Público: mtur, sg-pr, mds, mcultura, ms

Sociedade Civil: ANTRA, ABL, ABGLT, REDE DE NEGROS E NEGRAS, CUT

Comporão a **Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas:**

Sociedade Civil: CNTE, ABGLT, LBL, AJUFE, E-JOVEM

Poder Público: pgr, casa civil, mps

Comporão a **Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção e Combate da violência contra a população LGBT:**

Sociedade Civil: ANTRA, ABGLT, CMP, CFP, ABEH

Poder Público: mec , spm, sdh, mte, mre,

Comporão o **Grupo de Trabalho do “Regimento Interno”:**

Sociedade Civil: CNTE, LBL, ANTRA, ABGLT, AJUFE

Poder Público:

Os suplentes poderão participar como observadores, no entanto, sem direito à passagens e diárias.

PGF terão assentos nas câmaras homofobia e normas, com o mesmo perfil.

Os ministérios podem participar de mais de uma câmara, no entanto, só terá assento (com direito a voto) de uma câmara técnica.

Foi sugerido as instituições sejam as representantes das cts e que os representantes possam ficar a critério da instituição, não precisando ser necessariamente conselheiro (marinalva e hugo). Toni sugere que não se decida nesse momento, mas que se amadureça a discussão desse ponto. Irina gostaria que todos verificassem no regimento provisório Hugo sugere que essa questão dos membros das Cts possam ser revistas na revisão do regimento interno. Marinalva, coadunado pela Luciana sugere que essa discussão possa ser debatida de forma mais sensata na próxima reunião e principalmente que seja debatido no próximo regimento interno. Toni destaca que quando se toma uma decisão não pode retornar a esse ponto. Sugere que seja mantido a discussão da formação das câmaras técnicas. Ramais consulta ao plenário se pode compor as câmaras técnicas de forma provisória, com 10 pessoas. Irina destaca que esses grupos serão constituídos na primeira reunião das cts. Ramais encaminhou que a discussão das criações dos grupos de trabalho possa ficar para o próximo dia, após o acompanhamento dos grupos temáticos em andamento.

INTERVALO PARA ALMOÇO

Feita leitura da Nota Pública de repúdio ao deputado Jair Bolsonaro, pela conselheira Janaina, sobre as ponderações racistas e homofóbicas feitas essa semana em programa de televisão. Diversas manifestações foram feitas, os conselheiros irão ajustar o texto com base nas contribuições, farão a revisão devida junto à área de comunicação da SDH e ao final da reunião de hoje será aprovada a Nota.

8. II Conferência Nacional LGBT: Escolha do Tema Geral e demais definições. (30/03 - tarde)

Igo fez a leitura das Conferências Nacionais, chamadas pelo Governo Federal, previstas para ocorrer em 2011.

Toni Reis propõe que sejam avaliadas as propostas aprovadas na primeira Conferência com cada Ministério, para avaliar quais foram executadas, o quanto se investiu, como executou e quando não executou, os motivos. Outro tema que considera importante é o combate à miséria, ressaltou a situação no Brasil de travestis e transexuais onde o problema é ainda mais agravante. Tema sugerido: "País rico é um país sem pobreza e sem discriminação promovendo a inclusão LGBT". Julian disse que a primeira conferência foi um marco importante para a causa LGBT, pois o governo naquele momento assumiu a causa. Disse que a próxima conferência não pode ser menor nem menos representativa, um dos produtos da conferência deve ser a política pública instituída pelos estados e municípios, uma das discussões deve ser o pacto federativo, também reforça que não há como fugir da avaliação e balanço do Plano Nacional LGBT e também das ações aprovadas nos estados e municípios e considera que é importante se discutir a periodicidade, se vai se manter periódico, ou sem prazo. Janaina propõe que na avaliação da I Conferência seja atenta a questão de gênero, étnico/racial e se preocupa como se dará a discussão das regionalidades, as análises por estado. Carlos Alves discorda de Toni no que diz respeito que não há novas propostas para se tratar na conferência, somente temos que fazer um balanço da conferência anterior, concorda com Julian sobre que a análise que deve ser feita a partir das políticas dos estados e municípios, concordou

também com a temática sobre a pobreza, sugeriu que hajam subtemas: emprego, trabalho, saúde e sistema de proteção para a população LGBT. Lidiane relata como foi a reunião com a Secretaria-Geral sobre as 16 conferências, onde apresentaram panoramas e problematizações, podemos sair com uma sugestão de datas para a realização, no entanto esse fechamento depende da disponibilidade dos hotéis em Brasília, também problematizou sobre o tema pobreza, sobre que viés se dará o tratamento do tema da pobreza. Celso diz que considera sério o descompromisso dos governos estaduais e municipais sobre as políticas públicas para a população LGBT, deu como exemplo a política de saúde mental, concordo que o tema sobre pobreza é relevante para a conferência, mas que deve consultar melhor mais visões de sua intuição, considera importante concluir toda a pauta da II Conferência nessa reunião do Conselho, por conta de toda a articulação que deve ser feita para a sua realização. Marinalva diz que outras conferências são mais prioritárias do governo, porque senão já teria convocado a II Conferência, a exemplo das outras conferências. Zezinho acha que dá pra se discutir hoje o tema, mas a data deve ser melhor pensada, mas acha que nenhuma data apresentada é possível, sugeriu fazer em janeiro de 2012. Gustavo Bernardes diz que o atraso, de não ter convocado antes a conferência, foi porque o governo quis colocar em pauta as deliberações feitas nesta reunião do conselho, esperou-se até esse momento para acatar a opinião do conselho, sugere que o conselho levante duas datas possíveis para a realização do evento, sugere também que sejam adotadas como metodologia da conferência, as conferências livres, informou que está se fazendo uma avaliação da implementação do plano nacional LGBT e que será publicizado na próxima reunião do conselho, em maio. Irina ressalta que a pauta foi enviada em fevereiro, e que é importante que os conselheiros já amadureçam com suas redes os apontamentos apresentados na reunião, concorda com a Marinalva sobre a pressa de que se tem em resolver as desigualdades sofridas pela população LGBT, considera que é importante o debate mas que devemos concluir as questões da conferência nessa reunião. Lohren diz que tem uma prioridade, tanto na conferência como no conselho, que é tratar de políticas para adolescentes LGBT. Carlos Alves ressalta que o preconceito é pior para aqueles que são negros, as travestis, mulheres, e que nem todos os LGBT são ricos ou de classe média. Toni referenda que o combate a pobreza deve ser discutido na conferência. Sugeriu: Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT. Chopelly concorda com o tema sugerido pelo Toni referente a pobreza. Julio destaca que não poderá deixar para meados de maio uma definição, uma vez que quando se defini vai ajudar aqueles que querem fazer. Gostaria de dividir com o Carlinos para que seja inserido no texto base a questão dos subtítulos. Destaca que janeiro não terá orçamento liberado. Destaca também que deverá ser convocado as conferências estaduais, nacional e todas as capitais. Acredito que é possível fazer em todas as capitais, tendo um panorama mais consistente das políticas públicas. Janaina determina que será melhor encaminhar para não ficar prorrogando, destacando que a pobreza tem cara e tem cor. Destaca que não pode passar de novembro. Irina encaminha que temos duas propostas.

Dia 31 de março.

Composição da mesa diretora. A secretaria executiva solicita que essas reuniões sejam próximas das reuniões do conselho. Irina destaca que o conselho é o fórum nato da organização do Conselho. Irina propõe que cada um se coloca em uma comissão de maior afinidade. Irina defende 6 pessoas por comissão. Marinalva questiona se a vaga nas comissões são para as pessoas ou as instituições. Luciana concorda com a divisão das comissões, mas que se preocupe em ter um corpo todo do trabalho, que cada comissão tenha uma pessoa para ser a representante dentro de um grupo de representação das comissões. Toni concorda com a divisão de comissões, sugere que a

comissão executiva seja feita pela SDH, sugere que a cada reunião do cncd se reserva 4 horas para da programação para discutir deliberar sobre a conferência. A participação do Fórum de Gestores foi aprovada. Ficou acordado que serão 8 pessoas por comissão. Toni acredita ser fundamental a participação dos gestores. Toni sugere que alguém fique a disposição para passar as perguntas e os questionamentos das pessoas. Acordo de que o fórum gestores participe do quorum. As comissoes tematicas serao de trabalho composta por 4 das sociedades civil e 4 do poder publico que serao encaminhados os nomes a secretaria do conselho. Irina pede pára estar na comissao tematica.

Comissões

Programação: o conselho que irá debater

Mobilização / Comunicação: cut, giovanna - antra, abglt - ione, cmp, cnte, e-jovem

Infraestrutura: rede afro-negros, toni, lbl, irina

Comunicação / Conteúdo: keila - abglt, abeh, abglt - , celso, choppeli

31 de março de 2011: das 09h às 13h e das 14h às 17h

Local: Auditório do 8º andar da Secretaria de Direitos Humanos (Setor Comercial Sul – B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, Brasília – DF)

PAUTA

9. Projeto Escola Sem Homofobia – MEC (31/03 - manhã)

Ramais passou a palavra a Misiara para apresentação. Misiara agradeceu a todos pela oportunidade e iniciou sua apresentação. Após a apresentação, Misiara destacou que esse projeto de escola sem homofobia está vinculado a questão da formação de professores. Destaca que a própria apresentação demonstra o comprometimento com a temática e que se possa permitir as escolas uma reflexão sobre algo que está presente nas escolas. Pretende resignificar as concepções dos educadores e professores em uma perspectiva de garantia dos direitos humanos. Sergio Suiama destaca a audiência pública em maio para discussão desse tema realizado pelo MPF. Questiona quantos kits foram distribuídos, qual é o alcance desses kits, conteúdo e se já foi publicada a pesquisa. Como está sendo feita a articulação com outros programas. Toni destaca que existem em torno de 8 pesquisas que relatam que 40 por cento de estudantes não querem estudar com colegas gays e 60 por cento dos professores não sabem lidar com essa situação. Destaca a necessária implantação de todos os planos e programas voltados para a defesa e promoção dos direitos LGBT. Destaca a solidariedade ao MEC e que esse material chegue nas escolas. Marcos Freire que no campo do trabalho a discriminação é correlacionada e tem sua origem na questão da educação. Leandro gostaria de ressaltar que o movimento ataca mais as questões legais em contrapartida de atacar as questões culturais. Questiona que se passou na pesquisa realizada foi envolvido os heterossexuais nessas discussões. Destaca que também a ideia de que o kit induz a homossexualidade deve ser

combatida. Misiara responde ao Sergio que a preocupação que seja mais um conteúdo técnico, trata-se da preocupação do Mec. Todos os materiais passam por pareceres técnicos de especialistas. Eles não foram distribuídos, pq ainda não foram concluídos. Ainda não tem definido a questão do alcance. Sobre a relação com outros materiais publicados poderia a Rosileia e o MS explicar melhor. A regra geral da distribuição do material do mec é encaminhado aos secretarias de estado e dos municípios. O material foi abordado para realizar a discussão como um todo, não havendo uma repartição entre o público que visa atingir. Celso leu o parecer do CFP sobre o projeto escola sem homofobia. Foi apresentada proposta de Moção ao Conselho pela ABGLT favorável ao programa do MEC. Ramais passou a palavra a Rosileia para tratar um pouco em relação ao tema. Destaca que esse projeto é uma das ações voltadas para a Homofobia. Destaca diversos outros programas e ações do MEC voltadas para a questão da promoção e defesa dos direitos da homofobia. Solicita o apoio desse Conselho para que possa incentivar as iniciativas do MEC. Misiara destaca a importância da sociedade civil nesse processo nas escolas. Katia respondeu aos questionamentos sobre o SPE.

Encaminhamentos: Irina: colocar na pauta da terceira reunião o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, do Ministério da Saúde. Sérgio Suiama o CNCD deve apoiar o projeto escola sem homofobia e controlar as políticas executadas pelo governo, sugere que a moção seja mais precisa, sugere que o MEC e o Min. Saúde façam uma prestação de contas contendo o orçamento, número de educadores alcançados e o número de matérias feitas, entre outras questões sobre projetos de sensibilização nas escolas, um dos conselheiros possa acompanhar o processo de elaboração das diretrizes da educação citada pela Rosileia, disponibilizar um kit do mec e do ms para os conselheiros, falou da participação da audiência a ser realizada em maio em São Paulo pela PGR. Francisco (MDS) sugere que todos os ministérios façam uma prestação de contas, relatem suas políticas, pois sabe-se que há muito feito, e esse conteúdo pode dar uma boa colaboração ao texto da Conferência. Carlos Alves (CMP) sugere que o mec atue, além do escola sem homofobia, também a universidade sem homofobia, que se pense também nas universidades. Leandro (ABEH) propõe que além de receber o material didático, o conselho criar um grupo pequeno de 3 pessoas e fazer um parecer para o mec. Marcos Freire (CUT) sugere que nas próximas reuniões outros ministérios apresentem também o que tem feito. Irina disse que as apresentações e demais documentos apresentados estarão disponíveis no site, que não considera ser uma função do conselho realizar pareceres, mas sim moções, notas, resoluções, e que a secretaria executiva do conselho articule com os demais ministérios para se apresentarem ao conselho.

Moção de apoio: todos presentes aprovam, com abstenção apenas do mec.

Prestação de contas dos programas e planos de ação para o futuro, não apenas o ministério da saúde e educação: Ramais sugere que o tema seja melhor tratado na Câmara Técnica (organizar). Toni pede que todos os conselheiros tenham uma cópia do plano nacional LGBT, já que nem todos o tem, também sugere que o Min. da do Trabalho sejam os primeiros a se apresentarem.

Convite ao ministério do trabalho e da educação para a próxima reunião do conselho sobre a prestação de contas para suas pastas e planejamento de ações futuras **(APROVADO)**. Sobre a entrega nos kits aos conselheiros: Ramais sugere que assim que o material for aprovado no mec, ele seja avaliado pelo conselho **(APROVADO)**. Sobre cronograma de debate de diretrizes da educação, será disponibilizado toda a agenda para acompanhamento do conselho. **(APROVADO)**

10. Apresentação do Plano de Trabalho da Secretaria Executiva do CNCD/LGBT – Secretário Executivo Igo Martini

11. Apresentação do Plano de Trabalho e Orçamento da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT – Coordenador-Geral Gustavo Bernardes

INTERVALO PARA ALMOÇO

Irina solicita jarras de água para as mesas e mesas com melhores condições de acesso. Marcelo solicita participar da Câmara de Leis e normas e destaca a importância da participação de ministros e secretários nas reuniões. Irina passa o cronograma das futuras reuniões para aprovação por parte dos conselheiros. Toni gostaria que fosse colocada a temática dos informes e dos grupos de trabalhos dos ministerios. Igo faz leitura da resolução para todos os conselheiros. Após diversas discussões em relação as datas propostas, foi colocado em votação. Para a reunião de maio duas propostas: 9 e 10 ou 19 e 20 de maio. 3 votos para 9 e 10. 3 abstenções. X a favor de 19 e 20 de maio. Para junho, seria dia 21 e 22 em São Paulo. Houve consenso para a reunião acontecer em São Paulo. Foi colocada em votação essa reunião. Essa proposta foi aprovada. Próxima data: dia 08 e 09 de agosto ou dia 15 e 16. Deixa a proposta para participação da ministra das mulheres nessa reunião. Foi retirada a proposta do dia 15 e 16 de agosto. Zezinho gostaria de ressaltar que na última reunião de novembro feche um calendário para o ano de 2012. Fechado por 08 e 09 de agosto. Reunião de setembro tem por opção seria 19 e 20 e foi pedido para ser 22 e 23 de setembro. Aprovado. A reunião ordinária de novembro dia 07 e 08 de novembro. Proposta de 08 e 09 de novembro, sendo aprovado.

12. Disque Direitos Humanos – Módulo LGBT – Coordenador Pedro Costa

13. Campanha “Faça do Brasil um Território Livre da Homofobia”

14. Demandas Legislativas e Judiciárias (30/03 - manhã)

Ramais passou a palavra ao Carlos Alves. CMP informa do avanço das ataques aos homossexuais. Defende a importância do PI 122 e da União Civil. Toni sugere que os parlamentares ajudem no descontingenciamento das emendas parlamentares e na elaboração do PPA. Julian fez análise do ambiente político no Congresso Nacional e defendeu que se trabalhe na aprovação do PLC 122, na aprovação do casamento civil, conjuntamente. Marinalva destaca que a aprovação dos projetos de lei é muito importante, mas conseguir pautar o tema e o amadurecer na sociedade é quase tão importante, disse que a Liga Brasileira de Lésbicas apresentará projeto que altere a lei de licitações para incluir a questão de financiar empresas que sejam homofóbicas. Leandro Colling defende não se tenha uma pauta única no legislativo, mas sim um conjunto de pautas prioritárias, diz que é importante que a Presidência da República também priorize a aprovação das leis pró-LGBT, foi fortalecida a pauta no Congresso, assim como foi feito em outros países. Marcos Freire falou que há diversas demandas nos sindicatos de trabalhadores que não conseguem emprego ou ascensão profissional em decorrência de ser LGBT, lembrou também que as travestis e transexuais estão quase que na totalidade fora do mercado de trabalho. Deputado Jean Wyllys disse que todas as pautas levantadas no Conselho serão levadas aos parlamentares da Frente Parlamentar, fez um panorama sobre o PLC 122, não criminaliza a homofobia, mas o torna equivalente como o racismo, para se criminalizar

a homofobia seu gabinete está elaborando um projeto de lei que incluirá a homofobia como um agravante penal, do código penal, diz ser a favor da inclusão da pauta LGBT na luta pela reforma agrária, sobre a união estável, defende que essa ação será efetiva somente se for proposta uma PEC que altere a constituição reconhecendo o casamento civil, e automaticamente a união estável, disse considerar importante o acompanhamento das questões orçamentárias no Congresso e por isso levará as questões aqui levantadas tanto para a Frente Parlamentar como para a Comissão de Orçamento, de que faz parte. Luciana destaca que a criminalização da homofobia, trata-se sim de uma questão central e informa de uma lei, em tramite, que esta voltado para a equidade do trabalho. Zezinho destaca que ao passo que diversos programas do executivo que se avançam, o Brasil ainda continua sem uma lei. Destaca que estamos na execução de um plano de educação. Sergio destaca que em relação a uniao estavel o STF vai julgar a questao ainda esse ano. Outra questao é a enfase nos projetos de lei e gostaria de enfatizar que o poder legislativo tem outras atividades que podem causar um estrago maior ainda. Destaca que de nada ainda foca nos projetos de lei se nao houver a identificação em diversos outras searas do legislativo que causa diversos impactos. Tambem destacou que é preciso um encaminhamento das propostas. Encaminhamentos: sobre a questão da moção que o Toni como representante da ABGLT redigisse uma moção sobre a questao do Bossonaro. Toni questiona se alguem pode escrever. Fica determinado que o vinicius e marinalva fica responsavel ate as 16 horas. Sergio destaca que solicita que a PGR possa abrir a questao de racista. Igo passara alguns informes. Agradece ao quorum e solicita que as pessoas permanecem na parte da tarde. Solicita que assinem a lista de presença e para aqueles que tiveram passagem que preencham os formulários de prestação de contas.

15. Encerramento da 1ª Reunião Ordinária do CNCD